



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1.684/2023.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AVISO PRÉVIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS QUE RELACIONA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DOS REPASSES FINANCEIROS POR PARTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, INVIABILIZANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETOS DOS CONTRATOS DE PROGRAMAS FIRMADOS, DENTRE ELES O CONTRATO DE PROGRAMA Nº 476/2020”

ROGER FERNANDES GASQUES, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA-CIOP, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, por meio de contratos de programas firmados com o Município de Presidente Prudente-SP, realiza a gestão associada de vários serviços de unidades de saúde/assistência social, e dentre elas a gestão associada dos serviços de saúde Residência Terapêutica por meio do Contrato de Programa nº 476/2020;

CONSIDERANDO que para a gestão e execução responsável por parte do Consórcio dos serviços objetos dos respectivos Contrato de Programas, o Município contratante se obriga contratualmente a efetuar em prol do Consórcio o repasse mensal dos valores previstos na planilha orçamentária/parte integrante do referido Contrato de Programa;

CONSIDERANDO que o Consórcio, autarquia sem fins lucrativos, não tem receita própria para custear os compromissos financeiros relativos aos Contratos de Programas;

CONSIDERANDO que o Município de Presidente Prudente, atualmente, encontra-se em débito (junto ao CIOP) com os repasses mensais vencidos em setembro, outubro e novembro de 2023, de praticamente quase todos os Contratos de Programas pactuados (na área da saúde/assistência social e turismo), o que inclui Contrato de Programa nº 476/2020, no valor nominal de R\$ 12.159.942,15 (doze milhões, cento e cinquenta e nove mil e novecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos).

CONSIDERANDO as inúmeras tentativas realizadas pelo Consórcio junto ao Município visando o saneamento da questão;

CONSIDERANDO que a situação dos atrasos já foi tratada na Reunião do Conselho Diretor de 11 de outubro de 2023 que, inclusive, contou com a presença do Srº Prefeito Municipal de Presidente Prudente-SP;

CONSIDERANDO que, também no dia 11 de outubro de 2023, foi realizada reunião administrativa perante o Ministério Público Estadual, com representantes do Consórcio, Prefeito Municipal, Secretário de Saúde e Secretária de Finanças, onde foi exposta a necessidade de regularização do débito.



CONSIDERANDO a notificação de rescisão e suspensão dos serviços formalizada em 28 de novembro de 2023, pelo Ofício CIOP 53/2023;

CONSIDERANDO que a situação dos atrasos foi novamente tratada nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 04 de dezembro de 2023 e de 11 de dezembro de 2023, ocasião em que o CIOP solicitou a regularização imediata dos débitos, para viabilizar a continuidade da prestação dos serviços objetos dos Contratos de Programas firmados.

CONSIDERANDO que a ausência do repasse mensal por parte do Município de Presidente Prudente-SP, somado ao montante devido e já vencido de mais de doze milhões de reais, compromete a execução dos serviços contratados;

CONSIDERANDO que, na Assembleia Geral Extraordinária de 11/12/2023, o município informou a impossibilidade de regularizar o débito, de modo a permitir que a continuidade da execução dos serviços, DELIBEROU-SE, por unanimidade, através dos prefeitos presentes, pela suspensão da prestação dos serviços referentes a todos os Contratos de Programas da área da saúde/assistência social (o que inclui Contrato de Programa nº 476/2020) e Contrato de Programa de gestão do Complexo Turístico da Cidade da Criança, com a concessão de aviso prévio para cumprimento pelos empregados daqueles Contratos;

CONSIDERANDO que, não havendo o repasse financeiro por parte do Município CONTRATANTE, para o custeio dos serviços objetos dos Contratos de Programas, a execução destes contratos por parte do CONTRATADO releva-se inviável e impossível;

CONSIDERANDO, ademais, que os empregados contratados, segundo regra prevista no próprio edital de concurso, não possuem estabilidade.

E **CONSIDERANDO** por fim, a sobreposição do interesse público em relação ao interesse do administrado e do particular.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, nos termos do artigo 487 da CLT, aviso prévio para rescisão dos contratos individuais de trabalhos, à partir de 12/12/2023, aos (as) empregados (as) públicos (as), abaixo relacionados, vinculados ao Contrato de Programa nº 476/2020, firmados entre o CIOP e o Município de Presidente Prudente-SP, observando-se a regra de redução de jornada de acordo com o previsto no artigo 488 da CLT, adotando-se o necessário:

ANGELA A. LOPES DA SILVA	138.275.548-10
CAMILA DE ARAUJO DOS SANTOS	323.383.538-89
CRISTIANE PEREIRA	270.598.648-06
FRANCISCA ALVES DE OLIVEIRA	063.197.898-40
JOSIANE SILVA RAPANELLI	435.325.848-67
SHEILA SELMA DE OLIVEIRA	326.024.948-60

Parágrafo Único. Para a formalização e conhecimento individual dos trabalhadores, serão adotadas as medidas legais necessárias.



Art. 2º. A norma do artigo 1º não será aplicada aos empregados públicos cujos contratos de trabalho encontram-se suspensos ou interrompidos em razão do gozo de licença-saúde, benefício previdenciário, férias ou outro motivo que vede a dispensa do trabalhador, ficando postergada a concessão do aviso prévio a estes trabalhadores quando do término da suspensão dos respectivos contratos de trabalho ou cessação dos motivos que impeçam a sua dispensa.

Art. 3º. Observando-se a norma do artigo 489 da CLT, sobrevinda causa que altere os motivos que geraram a concessão do aviso prévio para dispensa dos trabalhadores, fica reservado ao CIOP, com a anuência do trabalhador, a revisão do ato de concessão do aviso prévio, de forma a torná-lo sem efeito, mantendo-se o contrato de trabalho.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente - SP, 12 de dezembro de 2023.

ROGER FERNANDES GASQUES
PRESIDENTE – CIOP

Registrada e Publicada na data supra
Maria Lucia da Silva Oliveira
Chefe do Setor de Recursos Humanos – CIOP